



**Bloco de Esquerda**

*Grupo Parlamentar*

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 382/XV/1.<sup>a</sup>

### RECOMENDA MEDIDAS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO E CONSUMO DE PROTEÍNAS VEGETAIS

O atual modelo de produção e consumo alimentar é insustentável, exigindo demasiados recursos ao planeta, tendo um forte impacto negativo na conservação da natureza, na proteção da biodiversidade e agravando as alterações climáticas. Acresce que a marca deste modelo é o desperdício e desigualdade em que o planeta, apesar de ter capacidade de produção de alimentação para toda a população mundial, continua a condenar parte do globo à fome.

Uma das vertentes deste modelo insustentável é um consumo de proteína baseado desmesuradamente na produção intensiva de proteína animal, com destruição de sorvedouros de carbono, nomeadamente com desmatamento de floresta tropical, e emissão de gases com efeitos de estufa.

No presente, a invasão da Ucrânia pela Rússia e a disrupção das cadeias de produção colocam mais exigência aos mecanismos que garantam a soberania e segurança alimentar. A crise inflacionista e a subida de preços dos bens alimentares muito devido aos lucros historicamente elevados exigem uma maior intervenção do Estado na garantia de disponibilidade e acessibilidade a bens alimentares, nomeadamente através da criação de reservas estratégicas.

As leguminosas são um conjunto de espécies vegetais com grande teor proteico e que podem contribuir para uma alimentação saudável e variada. Acresce que várias destas espécies apresentam associações simbióticas com bactérias que contribuem para a fixação de azoto nos solos, contribuindo para boas práticas agrícolas de manutenção ou recuperação da qualidade dos solos. As leguminosas também requerem menos água para

a sua produção do que quando comparadas com outras fontes de proteína animal e também com as oleaginosas.

Muitas das leguminosas têm uma enorme tradição na dieta histórica do país e outras espécies podem facilmente ser introduzidas na dieta quotidiana. A dieta dos povos certamente evoluiu, mas a tradição dos últimos séculos aponta para hábitos alimentares ligados à capacidade produtiva dos territórios e, como tal, a uma produção mais sustentável por ser adaptada às condições edafoclimáticas naturais.

A dieta mediterrânica foi considerada Património Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) em 2013. No entanto, a alimentação em Portugal tem-se afastado deste tipo de dieta devido ao aumento significativo do consumo de carne e de gorduras animais. De igual modo, padrões como a dieta atlântica também têm sido abandonados pelos mesmos motivos. Em ambas as leguminosas têm um papel importante.

Os feijões, grão-de-bico, lentilhas, favas, ervilhas, tremoços são exemplos de leguminosas com grande presença no território e na alimentação em Portugal. A maior parte destas espécies caracteriza-se por ser possível a sua secagem e armazenagem de forma barata e segura para consumo posterior. Essa flexibilidade é importante para reduzir o desperdício alimentar, torna as redes de distribuição mais robustas e económicas e, num momento como o atual com disrupção da cadeia de abastecimento, assume uma importância ainda maior na segurança alimentar do país.

O relatório “Plano Nacional de Incentivo à Produção e Consumo de Proteínas Vegetais” do projeto “Proteína Verde” reuniu vários dados e aponta algumas medidas que poderão ser bastante úteis para reduzir a pegada ambiental e a pegada de carbono da alimentação, torna-la mais variada e saudável e contribuir para os objetivos de segurança alimentar. Esse projeto, uma parceria da Associação Vegetariana Portuguesa, do GEOTA, da Greenpeace, da ASPEA e da Zero aponta igualmente que essa transição libertaria “centenas de milhar de hectares para a conservação da natureza, para a gestão dos solos centrada na produção sustentável de comida, assegurando a segurança alimentar a nível mundial e, acima de tudo, mantendo o sistema climático dentro de parâmetros sustentáveis”. Esse relatório propõe 15 medidas para o incentivo da proteína vegetal. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta o presente projeto de resolução considerando que os objetivos gerais desse relatório oferecem um bom guia para

discussão e apresenta a adaptação de algumas das suas medidas e outras medidas novas que considera úteis para uma estratégia nacional para a promoção da produção e consumo de leguminosas.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

- 1 - Alargar o apoio ao cultivo de leguminosas no âmbito da Política Agrícola Comum, garantindo uma perspetiva de justiça social na atribuição destes fundos;
- 2 - Avaliar a introdução das leguminosas nos eco-regimes, nomeadamente para o cultivo de leguminosas nas entrelinhas das culturas permanentes como metido de proteção integrada;
- 3 - Apoiar a investigação científica e inovação para a produção de leguminosas e capacitação dos serviços públicos afetos ao Ministério da Agricultura para o estudo do território e da produção de leguminosas;
- 4 - Criação de incentivos à reconversão de terrenos produtivos atualmente afetos à produção de eucaliptos ou à pecuária em unidades de produção de leguminosas;
- 5 - Garantir a formação dos trabalhadores responsáveis pelas cantinas públicas para a disponibilização de refeições de base vegetal;
- 6 - Garantir campanhas de formação e capacitação de agricultores para o cultivo sustentável de leguminosas;
- 7 - O lançamento de uma campanha pública e divulgação, sensibilização e promoção do consumo de leguminosas com informação sobre o seu potencial proteico e alimentar, com a promoção de receitas tradicionais e de receitas para novos usos de leguminosas;
- 8 - Implementar mecanismos de segurança e soberania alimentar onde a produção de leguminosas e o seu armazenamento público sejam um dos eixos estruturais;
- 9 - Garantir que as reservas estratégicas de leguminosas podem ser usadas em mecanismos de intervenção do mercado, em ajuda alimentar face a catástrofes

naturais ou à disrupção grave de cadeias de distribuição, em ajuda internacional para o mesmo fim e para outros fins de utilidade pública.

Assembleia da República, 13 de janeiro de 2023.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua; Catarina Martins;

Joana Mortágua; José Soeiro